

Nacional

ORÇAMENTO

Sem reforma fiscal, voltará o déficit primário

por Claudia Safatle
de Brasília

O projeto de lei de orçamento da União para 1993, que o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, entregou ontem ao presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, estima a receita e fixa a despesa da administração federal, para o próximo ano, em Cr\$ 538,25 trilhões. O orçamento é o espelho do estado de penúria financeira do País. Não sobraram recursos para pagar o reajuste de 147% aos aposentados nem para sustentar o processo de isonomia salarial recém-definido pelo Executivo.

"Estou certo que este é um dos orçamentos mais realista, transparente e austero da história desta República. Não há enfeite de receitas. Não se esconde nada da fragilidade e das dificuldades do Tesouro Nacional", comentou Márcio ao entregar em mãos o projeto de lei ao presidente do Congresso. Benevides comprometeu-se a fazer a leitura do orçamento hoje pela manhã, durante sessão do Congresso Nacional.

Da receita total do Tesouro Nacional, Cr\$ 145,05 trilhões representam receitas correntes e destas, apenas Cr\$ 54,06 trilhões são de arrecadação de impostos. As receitas de capital significam Cr\$ 368,8 trilhões e, desse montante, Cr\$ 334,06 trilhões correspondem a operações de crédito interno para rolagem da dívida pública mobiliária no próximo ano. Os Cr\$ 24,39 trilhões são recursos provenientes de fundos e fundações públicas.

As projeções de receita do Tesouro foram calculadas com base numa expectativa de crescimento de 3% para o Produto Interno Bruto em 1993, e os dados representam cruzeiros do mês de abril passado. As receitas ordinárias do Tesouro, que representam a parcela de recursos não vinculados e, portanto, livres para a discussão de prioridades de gastos, deverão ter uma queda real de 7% em 1993 sobre o resultado deste ano.

A perda de receitas da União é "dramática", como assinala o texto da mensagem presidencial que acompanha a proposta orçamentária ao Congresso. O assunto transcende a crise política porque, independentemente do desfecho da crise, o presidente da República, seja Collor de Mello ou Itamar Franco, e o ministro da Economia,

DESPESA POR ÓRGÃO												
Lei Orçamentária — 1993												
(em Cr\$ milhões)												
Órgãos	Fiscal	% A	% B	Seguridade	% A	% B	Total	% A	% B	Investimento	% A	% B
01 — Câmara dos Deputados	572.385,2	0	0	5.380,5	0	0	577.765,7	0	0			
02 — Senado Federal	491.560,8	0	0	13.357,3	0	0	504.918,2	0	0			
03 — Tribunal de Contas	155.299,9	0	0	6.759,1	0	0	162.058,9	0	0			
11 — Superior Tribunal de Justiça	5.042,0	0	0		0	0	5.042,0	0	0			
12 — Justiça Federal	38.702,0	0	0		0	0	38.702,0	0	0			
15 — Justiça do Trabalho	1.853,0	0	0		0	0	1.853,0	0	0			
20 — Presidência da República	6.985.299,1	6	2	694.561,6	0	0	7.679.860,8	4	1	55.661,3	0	0
21 — M. da Aeronáutica	5.356.684,2	5	1		0	0	5.356.684,1	3	0	109.998,7	0	0
22 — M. da Agricultura e Reforma Agrária	10.907.266,3	10	2	13.608,2	0	0	10.914.874,9	5	2	486.718,4	2	2
23 — M. da Ação Social	396.284,4	0	0	3.974.872,1	4	4	4.371.156,4	2	0			
25 — M. da Economia, Fazenda e Planejamento	9.787.101,9	9	2	652.233,7	0	0	10.439.335,7	5	2	2.094.162,5	8	8
26 — M. da Educação	7.128.313,7	6	2	1.753.577,7	2	2	8.881.891,4	4	2	1.935,9	0	0
27 — M. do Exército	4.567.416,4	4	1		0	0	4.567.416,4	2	0	37.044,0	0	0
30 — M. da Justiça	1.115.898,2	1	0	774,8	0	0	1.116.673,0	0	0	3.770,3	0	0
31 — M. da Marinha	4.378.230,9	4	0		0	0	4.378.230,9	2	0	166,0	0	0
32 — M. de Minas e Energia	745.089,2	0	0	2.215,9	0	0	747.305,2	0	0	13.647.203,1	51	51
33 — M. da Previdência Social		0	0	46.409.243,2	49	49	46.409.243,2	22	9	384.768,7	1	1
34 — M. Pública da União	199.619,0	0	0	2.000,0	0	0	201.619,0	0	0			
35 — M. das Relações Exteriores	933.965,2	0	0		0	0	933.965,2	0	0			
36 — M. da Saúde		0	0	11.202.516,4	12	12	11.202.516,4	5	2	43.202,3	0	0
38 — M. do Trabalho e da Administração	292.030,2	0	0	19.348.131,6	20	20	19.640.161,8	10	4			
39 — M. dos Transportes e Comunicações	6.535.524,2	6	1	106.989,4	0	0	6.642.513,7	3	1	9.807.697,6	37	37
71 — Encargos Financeiros da União	12.152.084,4	11	3		0	0	12.152.084,4	6	2			
72 — Encargos Previdenciários da União	80.300,0	0	0	8.402.417,8	9	9	8.482.717,8	4	2			
73 — Transf. a Estados, DF e Municípios	24.636.837,3	22	6	232.029,0	0	0	24.868.866,3	12	5			
74 — Operações Oficiais de Crédito	10.213.830,1	9	2		0	0	10.213.830,1	5	2			
90 — Reserva de Contingência	3.703.349,6	3	0	2.092.325,6	2	2	5.795.575,2	3	1			
A — Subtotal	111.373.967,4	100	25	94.912.994,1	2	2	206.286.961,5	100	38	26.672.328,9	100	100
71 — Dívida Mobiliária	331.963.038,4		75				331.963.938,5		62			
B — Total	443.337.005,9		100	94.912.994,1	100	100	538.250.900,0		100	26.672.328,9	100	100

RECEITA DO TESOURO*								
(Preços de abril/92 — Em Cr\$ milhões)								
Especificação	1990		1991		1992		1993	
	Execução	% PIB	Execução	% PIB	Execução	% PIB	Execução	% PIB
Imposto sobre a importação	3.116.420,5	0,38	3.393.676,6	0,41	3.893.923,0	0,47	3.305.554,0	0,38
Imposto propriedade rural	25.127,8	0,00	144.316,8	0,02	733.241,0	0,09	1.083.699,0	0,13
Imposto sobre a renda	32.400.490,5	3,93	25.597.888,5	3,07	28.399.152,0	3,40	24.709.496,0	2,87
Imposto prod. industrializados	19.258.677,9	2,34	17.303.408,9	2,07	17.641.641,0	2,11	18.874.763,0	2,20
Imposto operações financeiras	10.493.574,7	1,27	4.812.308,9	0,58	5.499.644,0	0,66	5.627.114,0	0,65
Juros amortiz. empréstimos — POOC	7.406.424,0	0,90	6.139.816,9	0,74	7.491.390,3	0,90	8.629.805,0	1,00
Resultado do Bacen	27.019.773,7	3,28	11.550.119,4	1,38	9.471.931,5	1,13	7.855.747,0	0,91
Remun. disponib. do Tesouro Nacional	42.003.757,3	5,09	29.243.191,0	3,50	13.013.939,2	1,56	13.816.550,0	1,61
Outras receitas	7.596.944,5	0,92	10.443.969,7	1,25	7.210.344,5	0,86	8.575.113,8	1,00
Subtotal — Fiscal	149.321.190,8	18,11	108.628.696,8	13,01	93.355.206,5	11,18	92.477.841,8	10,76
Contr. empreg. trab. segur. social	41.342.543,4	5,01	35.543.566,1	4,26	37.648.566,0	4,51	42.466.512,0	4,94
Contr. plano segur. social serv.	0,0	0,00	938.556,4	0,11	814.720,0	0,09	784.099,0	0,09
Contribuição para o Finsocial	12.315.845,8	1,49	10.481.816,3	1,26	7.595.470,0	0,91	15.589.540,6	1,81
Contribuições PIS/PASEP	9.163.120,3	1,11	8.315.066,6	1,00	8.433.368,0	1,01	8.389.613,0	0,98
Contr social lucro pessoa jurídica	4.348.038,5	0,53	2.235.402,1	0,27	4.275.753,0	0,51	4.162.197,0	0,48
Outras receitas	1.697.430,1	0,21	5.321.267,2	0,64	4.290.414,7	0,51	11.682.552,0	1,36
Subtotal — Seguridade	68.866.978,1	8,35	62.835.674,6	7,53	63.058.291,7	7,55	83.074.513,6	9,66
Total (Fiscal + Seguridade)	218.188.168,9	26,46	171.464.371,4	20,54	156.413.498,2	18,74	175.552.355,4	20,42
PIB	824.681.457,3		834.763.234,0		834.756.084,2		859.798.766,7	

* Exclui operações de crédito
Fonte: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

* Exclui operações de crédito

Fonte: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

seja Márcio Marques Moreira ou um outro, terão enormes dificuldades para administrar o Estado em 1993, sem uma reforma fiscal que dê maior flexibilidade de receitas e reordene as despesas.

Pela primeira vez, desde 1989, o orçamento traz embutido um déficit no conceito primário (que exclui os encargos das dívidas públicas) de 0,7% do PIB (produto estimado em Cr\$ 859,8 trilhões). Isso desconsiderando os gastos que terão que ser feitos com a isonomia do funcionalismo público e o pagamento dos atrasados do reajuste dos 147% aos aposentados. Cada um corresponderia a um gasto adicional da ordem de 0,7% do PIB. Ou seja, o déficit primário seria, na realidade, mantendo tudo

como está hoje, de 2,1% do PIB, segundo cálculos do secretário de Planejamento, Pedro Pullen Parente. "A necessidade da reforma fiscal é clara", assinalou ele.

O texto da mensagem presidencial alerta para a perda de receitas tributárias, de Cr\$ 2,54 trilhões (ou cerca de Cr\$ 1,06 trilhão) em termos reais, em 1993. Diz ainda que "um virtual colapso da administração federal só será evitado mediante uma reforma fiscal que restaure, de maneira permanente, o equilíbrio das finanças públicas federais e conceda, à União, recursos compatíveis com as atribuições sob sua responsabilidade".

Os investimentos do Estado, previstos para o ano que vem, representam cer-

ca de 1,3% do PIB. Os financiados pelo Tesouro Nacional correspondem a 0,8% do PIB, e os bancados por "outras fontes", 0,5% do PIB.

Segundo Parente, obras prioritárias do governo foram substancialmente reduzidas. A obra emblemática do governo Collor, os Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC), foi reduzida de 1 mil para 400 unidades, e a área construída caiu de 15 mil metros quadrados para apenas 5 mil metros quadrados.

Segundo as estimativas de receitas tributárias, cuja queda em termos reais, atingiria 4,6% sobre o desempenho deste ano, que já é ruim, a principal perda de arrecadação virá do Imposto de Renda das Pes-

soas Jurídicas (IRPJ). A expectativa é de que a queda real do IRPJ seja da ordem de 32%, atingindo diretamente os incentivos fiscais em 1993, que totalizariam, com essa performance, apenas Cr\$ 2,1 trilhões em comparação com os Cr\$ 5,7 trilhões orçados para este ano.

O orçamento se divide em duas partes, a fiscal e a previdenciária. Dos Cr\$ 538,2 trilhões, Cr\$ 94,91 trilhões representam os gastos fixados para a Previdência Social.

Foi formada, também, uma reserva de contingência de Cr\$ 5,79 trilhões. São Cr\$ 2,09 trilhões de reserva de contingência para o orçamento da seguridade social e Cr\$ 3,7 trilhões para o orçamento fiscal. Deste último, Cr\$ 2,8 trilhões da re-

serva representam recursos separados para o Poder Judiciário, cujo orçamento não foi agregado ao projeto de lei, mas representa um anexo. Ocorre que o Poder Judiciário não aceitou os limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — manter o orçamento numa média de gastos dos últimos três anos — e elaborou sua proposta, que representa praticamente o dobro do que diz a LDO. A questão ficou para ser discutida no âmbito do Congresso Nacional.

As prioridades do projeto de lei orçamentária são as áreas de educação e cultura, saúde e ciência e tecnologia; reforma agrária e incentivo à agricultura; recuperação e conservação do meio ambiente; consolidação e recuperação da infra-estrutura; e abertura e modernização da economia.

Essas prioridades estão espelhadas no orçamento de cada ministério respectivo. O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária receberá verbas no total de Cr\$ 10,9 trilhões, praticamente o dobro do orçamento do Ministério da Aeronáutica, fixado em Cr\$ 5,3 trilhões; o Ministério da Educação tem um orçamento de Cr\$ 8,18 trilhões para o ano que vem, representando recursos constitucionalmente vinculados. Os ministérios com os orçamentos mais generosos, contudo, são: Trabalho e Administração, com Cr\$ 19,6 trilhões; Previdência Social, com Cr\$ 46,4 trilhões; e Ministério da Saúde, com Cr\$ 11,2 trilhões.

As transferências aos estados e municípios foram calculadas em Cr\$ 24,8 trilhões; e as operações oficiais de crédito, em apenas Cr\$ 10,2 trilhões, representando quase que basicamente os retornos das operações já realizadas.

Do orçamento total, os investimentos previstos são os seguintes: Cr\$ 13,6 trilhões para o Ministério das Minas e Energia e Cr\$ 9,8 trilhões para o Ministério dos Transportes. Esses dois ministérios consomem, assim, 87% da programação de investimentos para 1993 (da administração federal), num total de Cr\$ 26,67 trilhões.

Indagado sobre como será encaminhada a discussão da reforma tributária numa conjuntura de grave crise política que vive o governo do presidente Collor de Mello, o secretário de Planejamento, responsável pela elaboração da proposta orçamentária de 1993, respondeu: "Estamos vivendo um quadro político que não preciso qualificar. Há uma proposta de reforma fiscal no Congresso. Até hoje nossa preocupação foi concluir o orçamento da União para 1993 e nisso trabalhamos até as 5 horas de hoje (ontem). Agora devemos começar a discutir o encaminhamento da reforma fiscal. Para ser sincero, ainda não sei qual será a estratégia".